

Por uma gestão pública mais profissional

Surgem notícias de pressões feitas por diversos Governadores eleitos no último pleito para que seja ressuscitada a malfadada CPMF (o chamado “imposto do cheque”). Há informações que a alegação dos governantes é de que são necessários mais recursos financeiros para o sistema de atendimento da saúde da população.

Oxalá o Congresso Nacional não acate esse despautério financeiro e administrativo.

A proposta de cobrança desse novo/velho tributo é mais uma agressão financeira aos bolsos da população, pois é sabido até pelos passarinhos do Borgo que o Brasil é um dos maiores campeões mundiais de carga tributária sobre o bolso dos seus cidadãos.

Em vez da busca de uma solução simplista e desprovida de bom senso, como essa do ressurgimento do “imposto do cheque”, urge que se repense seriamente a gestão da Administração Pública. Isto porque, se não todas, muitas mazelas financeiras do Poder Público são causadas pela falta de um gerenciamento mais profissional.

O setor público, com honrosas e exemplares exceções, padece de um sistemático e coerente planejamento e funcionamento administrativo. Quando se propugna em planos de gestão não se está imiscuindo em cores partidárias, mas sim a forma como as decisões políticas são transformadas em benefício daqueles a quem o governante deve servir, que são os cidadãos.

A condução da máquina administrativa define a necessidade de mais ou menos recursos a serem utilizados. Se a estrutura e os processos administrativos são amadores e pesados, como se assiste todos os dias pelo País afora, os seus resultados práticos são ínfimos. Na administração pública, na mais das vezes, “a montanha da à luz um rato” – são muitos custos financeiros para poucos resultados.

Penso que a escolha de uma gestão política pela população não deve ficar cingida somente às promessas de campanha. É curial que também seja avaliado o perfil administrativo do candidato político e de sua equipe, pois sua forma de atuar no dia-a-dia definirá sua (in)competência.

O gerenciamento da coisa pública em nada difere o da administração familiar ou de uma empresa. Para bem funcionar é necessário que haja a busca incessante de racionalização dos custos, uma boa gestão das pessoas, uma transparência inspiradora, uma eleição de prioridades e, fundamentalmente, a integridade pessoal de quem a dirige. Não é crível que os Governadores que propuseram a volta da CPMF sejam políticos confiáveis, não tanto pelo seu desejo de ajudar quem lhes elegeu, mas sim pelas suas limitações e incapacidades de gerir recursos escassos e demandas crescentes.

Enfim, torçamos para que os defensores do retorno do “imposto do cheque” caiam em si e busquem qualificar-se, a si e sua equipe, para realizar uma administração pública que prime pelo profissionalismo e pelo respeito àqueles que lhes confiaram o mandato.

Rômulo de Jesus Dieguez de Freitas
Advogado Tributarista
romulo@maja.net.br